

Ulysses negocia consenso para convocar Constituinte

Brasília — O presidente da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, garantiu que as subemendas tidas como polémicas — Constituinte independente do Congresso e ampliação da anistia dos militares — que estão sendo apresentadas à emenda Sarney, que convoca a Constituinte, “não passarão pelo quorum de dois terços que é exigido”.

Ulysses reúne na noite de hoje, em sua casa, os líderes de todos os partidos com representação na Câmara e no Senado, na tentativa de fixar um substitutivo de consenso à emenda Sarney e até estabelecer sua forma de votação. Segundo ele, não existe ainda uma data definitiva para votação da emenda e, enquanto o líder do PMDB na Câmara, Deputado Pimenta da Veiga, faz previsões de votação entre 21 e 25 deste mês, ele estende o prazo até 15 de novembro.

Uma reunião preparatória será feita pela manhã, entre Ulysses e os líderes da Aliança Democrática, com a participação do relator da comissão mista que analisa a emenda, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP). O resultado desse encontro será levado ao Presidente Sarney durante a reunião do Conselho Político, no Palácio do Planalto, às 11h.

Ulysses, Pimenta e o líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço (BA), analisarão as propostas até agora encaminhadas à comissão e trataram do posicionamento da Aliança, principalmente quanto à Constituinte independente sem que os eleitos tenham mandato no Congresso, ficando as eleições de deputados e senadores marcadas para após a aprovação da Constituinte — e da reintegração dos militares. A Aliança será contra as duas propostas.

— A reintegração dos militares é um assunto muito importante e temos de ter clareza que isso não passará no quorum de dois terços — disse Ulysses.

— Politicamente, não há condições de se aprovar essa reintegração — avaliou o Senador Humberto Lucena, líder do PMDB no

Senado — que está com hepatite — por telefone.

Enxertos

Ulysses e Lucena concordam que a emenda Sarney deverá receber alguns enxertos, tais como dilatação do prazo de desincompatibilização e a criação de uma comissão legislativa, que ficará encarregada de encaminhar as matérias ordinárias do Congresso, evitando o decreto-lei e que todos os constituintes congressistas sejam obrigados a legislar.

Segundo explicou o presidente da Câmara, existem duas formas de criação desta comissão: ou se formaria uma comissão com os eleitos, na base de 60 a 70 integrantes e proporcional aos partidos; ou seria delegado ao Executivo poder para legislar, salvo nos casos impedidos por lei, quando comissões específicas seriam formadas no Congresso.

A decisão da Conclat — Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras — de apoiar a proposta do Presidente Sarney de Constituinte congressional foi recebida com muita satisfação por Ulysses.

— Isso vai ajudar muito a posição da Aliança Democrática, do Governo — disse.

Militares

Um acordo entre as lideranças do PMDB, PFL e PDS permitirá que o Senado aprove hoje projeto do Senador Itamar Franco (PMDB-MG) estabelecendo que os militares inativos poderão manifestar opiniões pessoais, ideológicas ou filosóficas — mesmo sem serem filiados a partidos políticos — sem se sujeitarem aos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, ressalvando, no entanto, que não poderão revelar assuntos considerados de sigilo militar. Ontem, o Senado aprovou, em primeiro turno, projeto do Senador mineiro liberando os militares de se submeterem ao regulamento disciplinar das Forças Armadas, com o compromisso de Itamar Franco de que apresentaria substitutivo aperfeiçoamento a redação deste projeto.